

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 7-2-2024.**

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença: Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença: Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 374/23 (Processo nº 0668/23), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 019/24 (Processo nº 0038/24), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 021/24 (Processo nº 0040/24), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/24 (Processo nº 0041/24), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 023/24 (Processo nº 0043/24), de autoria de Ramiro Rosário. Foi apregoada Justificativa de Falta de Fernanda Barth devido a sua participação no programa Esfera Pública da Rádio Guaíba em Porto Alegre - RS, no dia seis de fevereiro do corrente, das treze horas e dez minutos às quinze horas, A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Márcio Bins Ely, Adeli Sell, Karen Santos, Psicóloga Tanise Sabino, Cassiá Carpes, Biga Pereira, Pedro Ruas, Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo e Tiago Albrecht. Às quinze horas e dezesseis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23 (Processo nº 0043/23), após ser discutido por Pablo Melo, Comandante Nádia, José Freitas e Adeli Sell. Foi apregoada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, de autoria de Pablo Melo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23 (Proc. nº 0043/23) e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23. Tiago Albrecht formulou Requerimento verbal, solicitando “a inclusão, na redação do artigo 1º, no § 2º, ao final do inc. II, da expressão ‘ou’”. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 019/23. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 226/23 (Processo nº 1246/23), após ser encaminhado à votação por Fernanda Barth, Tiago Albrecht, Roberto Robaina, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga, Giovanni Culau e Coletivo e

Comandante Nádia, por dezesseis votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por vários vereadores, tendo votado Sim Alvoní Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e tendo votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Adeli Sell apresentou Declaração de Voto referente ao Requerimento nº 226/23. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 235/23 (Processo nº 1311/23), após ser encaminhado à votação por Jonas Reis, Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht e Idenir Cecchim, por doze votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e votado Não Alvoní Medina, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, tendo Mauro Pinheiro proferido voto de desempate. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 252/23 (Processo nº 0461/23), após ser discutido por Biga Pereira, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Pablo Melo. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Comandante Nádia, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 252/23 e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 252/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 252/23. Às dezessete horas e oito minutos, foi encerrada a Ordem do Dia, em virtude da inexistência de quórum constatada durante a votação do Requerimento nº 007/24 (Processo nº 0018/24), declarada nula, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, e votado Não Cláudia Araújo, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Psicóloga Tanise Sabino. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 417/21 e 632 e 682/23; e em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 014/22 e 022/23; os Projetos de Lei do Legislativo 429/22 e 251, 569, 582, 609, 674, 675, 693, 734, 742, 743, 746 e 747/23; e o Projeto de Resolução nº 104/23. Às dezessete horas e nove minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Apregoamos justificativa de falta da Ver.^a Fernanda Barth no dia 06 de fevereiro de 2024,

das 13h10min às 15h, por estar participando do Programa Esfera Pública, na Rádio Guaíba.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Mauro Pinheiro, cumprimentando V. Exa. saúdo os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores. Presidente, inicialmente também quero cumprimentá-lo pelo retorno à presidência, não tive a oportunidade de me manifestar na primeira sessão após o retorno do recesso, que foi na segunda-feira, desde já desejo pleno êxito a V. Exa. na missão de conduzir este Legislativo num ano tão importante, que é um ano eleitoral, mas com a certeza da experiência de V. Exa. na condução dos trabalhos.

Quero também aqui, em tempo de liderança, trazer aqui a nossa impressão a respeito das eleições que estão acontecendo na cidade de renovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que é o nosso Conselho do Plano Diretor. Ontem, nós tivemos mais uma demonstração de expressiva participação popular, tivemos a eleição na região 8 de planejamento. Para aquelas pessoas que talvez não tenham tanta familiaridade com a estruturação legal da representação do Plano Diretor mediante a cidade, esclareço que o Plano Diretor, mais ou menos, engloba, por região, duas regiões do Orçamento Participativo. Então, hoje são 16 regiões do OP e oito regiões do Plano Diretor. Essas eleições vêm ocorrendo, nós já fizemos eleições em sete regiões - são oito, só falta uma - e em praticamente todas as regiões nós contamos com mais de mil pessoas participando dos processos de renovação dos conselheiros, dos conselheiros suplentes e dos delegados. E ontem tivemos uma grande demonstração de participação popular, em que a chapa 2 inclusive registrou mais de 1 mil votos na renovação. Parabéns ao André Seixas, que foi eleito, juntamente com a Juliana e a Antonini. Tiveram três chapas inscritas, aliás, o que chama bastante a atenção, porque, na maioria das eleições – e a gente vem participando já há algum tempo, assumi a secretaria de planejamento urbano em 2009 –, a gente vinha sempre registrando apenas duas, no máximo, duas chapas por região. E agora é comum a presença de três chapas em determinadas regiões, como foi o caso lá no Sarandi também, e as demais regiões com o número muito expressivo de participantes.

Então, a gente quer cumprimentar o envolvimento da cidade com esse debate a respeito do desenvolvimento urbano, da qualificação dos espaços urbanos, em especial da qualificação dos espaços urbanos de uso coletivo, porque é lá no Conselho do Plano Diretor que se debatem as grandes intervenções urbanas, os projetos que serão implementados nas regiões, as suas ações compensatórias e mitigatórias, e o que é mais interessante: as reuniões do Conselho do Plano Diretor são ordinárias, semanais. Elas acontecem ordinariamente, então, elas acabam tendo a oportunidade desses coletivos todos que vêm se elegendo, delegados, conselheiros, conselheiros suplentes, se

envolverem e acompanharem o que de mais relevante, de mais significativo, no que diz respeito a investimentos, tanto na área residencial, comercial, mista, de serviços, como nas principais obras de estruturação urbana públicas nas três esferas: União, Estado e Município, mas, em especial, no que diz respeito à moradia, o direito à moradia digna.

Eu sempre digo aqui, quando tenho a oportunidade de falar na tribuna, as pessoas vivem nas suas casas, então, elas precisam ter qualidade de vida. Hoje a legislação ambiental também evoluiu muito, Ver.^a Biga. Antes nós tínhamos uma exigência, por exemplo, de distâncias de arroios e talvegues eram só 5 metros, depois aumentou para 15 metros, e agora são 30 metros. É uma segurança ambiental que não haja edificações construídas ou consolidadas no leito dos arroios, dos talvegues, enfim.

E depois outros debates que se avizinham aqui também: a revisão do Plano Diretor é lá no fórum do conselho do Plano Diretor, que, num primeiro momento, vão se fazer as primeiras rodadas, geralmente são oito audiências públicas, uma por região, para debater o desenvolvimento urbano de cada região, abordando conceitos de espaço urbano, de ocupação de espaço urbano, de outros equipamentos, tais como: escolas, creches, postos de saúde. Desde o debate a respeito de uma largura de rua, uma testada de lote, um tamanho de quarteirão, onde vai ser o posto de saúde, a escola, a creche, se vai ter uma pracinha... São empreendimentos de mil ou duas mil unidades habitacionais. Há uma lógica de aprovação e uma sistemática de análise, e isso tudo passa pelo conselho do Plano Diretor. Parabéns àqueles que estão se envolvendo, que estão contribuindo com o debate e fazendo parte do processo de renovação dessas eleições, em especial a região 8, cuja eleição ocorreu ontem. Parabéns aos eleitos e àqueles que participaram e não se elegeram, mas foram escolhidos como delegados, que estarão participando e acompanhando os debates sobre o desenvolvimento urbano da nossa cidade. Agradeço pela oportunidade e pela atenção em nome da liderança do PDT. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Mauro, nosso Presidente, colegas vereadoras e vereadores; hoje, eu fiz um roteiro, uma visita cuidadosa, minuciosa, como um vereador que se preza tem que fazer, nas comunidades. A chamado, estive no bairro Sarandi. Eu vi verdadeiras barbaridades. Com vários protocolos abertos, um poste de luz com grandes possibilidades de desabar; outro poste de luz, inclusive, com o transformador prestes a cair. Em várias ruas, eu encontrei árvores ainda danificadas, não devidamente podadas. Numa das ruas, o ônibus não consegue passar se carros estiverem estacionados. As pessoas têm que deixar os carros nas ruas transversais, ou não tem passagem de ônibus; montanhas de lixo, montanhas de podas de árvore que estão secando e algumas com o grande perigo de pegar fogo. As senhoras e os senhores sabem, como há o descaso, o desleixo, a facilidade de uma bituca de cigarro causar um grande problema. Se nós pegarmos, por exemplo, a Av. Alcides Maia, esse gaúcho ali

homenageado, que foi o primeiro gaúcho a frequentar a Academia Brasileira de Letras, é uma afronta à comunidade e a ele, porque, em todo o trecho da Av. Alcides Maia, nós temos entulhos, árvores caídas, podas realizadas, e nada foi retirado até agora. Sem falar da Av. Dique, que tem dois lixões imensos ali na região do Sarandi. Não bastasse isso, do outro lado já passando a Av. Assis Brasil, nós temos a praça Onze de Dezembro, que homenageia os nossos engenheiros, porque ali ao lado nós temos várias ruas com nomes de engenheiros que foram muito importantes na nossa história, como o Ubatuba de Farias, quem fez, quem desenhou a Vila Farrapos; Simch, que dirigiu e iniciou o nosso Museu Júlio de Castilhos; Luderich, Castro, como também o Gladosch, que iniciou em 1943 a elaboração de um Plano Diretor que ficou na gaveta. Esse é o bairro Sarandi, abandonado, desprezado pela administração, e, quando não é seco, como hoje, que pode incendiar o que ali ficou, é um bairro que tem gravíssimos problemas com alagamentos. Na rua Rodrigues de Castro, foi feita uma obra matadíssima, uma obra pluvial que mais atrapalha do que ajuda, porque ela foi malfeita, as bocas de lobo foram feitas em desconformidade com as mínimas exigências da nossa engenharia, então é um verdadeiro descalabro o que acontece hoje no bairro Sarandi. Por isso que nós estamos fazendo pedidos de providência, ponto a ponto, do que compete à Prefeitura Municipal, e fazendo o contato com a Equatorial para que ela resolva os problemas que são de sua competência.

Por falar em Equatorial, eu queria que os líderes de bancadas, o Presidente e a proponente da CPI fizessem todos os esforços para que, logo após o carnaval, se iniciasse a CPI acerca da Equatorial. Essa é uma empresa de quinta categoria; é uma empresa que não merece o nome de empresa, porque já causou inúmeros problemas no resto do País. Ontem mesmo, na reunião da CEDECONDH, foi levantada a necessidade de fazermos sessões acerca dessa empresa porque o tema é o consumidor. Pela defesa de Porto Alegre, pelo respeito à dignidade da pessoa humana, para que a gente restaure o que foi danificado, eu fiz esse *tour* e continuarei fazendo todos os dias necessários. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, colegas vereadoras, subo a tribuna hoje porque colocamos na Ordem do Dia para votação a constituição de uma frente parlamentar em defesa da tarifa zero. A tarifa zero já é uma realidade em mais de 100 cidades do nosso País; está sendo implementada aos domingos numa grande metrópole, que é São Paulo. É uma experiência que vem dando certo. Uma experiência não só possível como necessária e uma resposta à crise do transporte, à crise da mobilidade urbana, que está posta na cidade de Porto Alegre. É de conhecimento comum que o nosso transporte segue muito precário, ainda mais porque, em dezembro do ano passado, por decreto, o governo Melo aumentou o tempo de circulação das frotas da nossa cidade, ou seja, ônibus mais sucateados, andando na nossa cidade, colocando em risco a vida da população. Isso já é uma denúncia que o nosso mandato encaminhou ao

Ministério Público e vem sendo feita a investigação necessária em relação às metas de qualidade que as empresas simplesmente não cumprem desde que se iniciou o contrato. A crise hoje só não é maior porque não está havendo o aumento da passagem de ônibus. É importante, e isso é também de conhecimento público, que está sendo subsidiado por ano quase R\$ 100 milhões para que não haja o aumento da passagem, sem nenhum tipo de contrapartida na melhora da qualificação da oferta do serviço. Então, é possível, sim. Somos a favor do subsídio ao transporte, subsídio municipal, subsídio em âmbito federal, porque está tramitando também no Congresso uma PEC da nossa companheira, a deputada federal Erundina, que trata justamente do direito à mobilidade enquanto um direito constitucional. E é importante que Porto Alegre se aproprie dessa discussão. É importante subsidiar, mas é importante ter controle público, é importante ter prestação de contas, é importante que haja um controle social do serviço que é prestado por essas concessionárias que ganharam o contrato e, desde 2015, não têm um compromisso com a qualidade do transporte por ônibus da nossa cidade.

A frente parlamentar é um espaço de discussão, é um espaço de debate para tratar junto aos técnicos, junto aos intelectuais que pensam a mobilidade urbana, junto à população de Porto Alegre, encaminhamentos e elaborações, e esse vai ser um debate central no ano de 2024, que é o ano das eleições municipais, da viabilidade de a gente conseguir um transporte de qualidade para a nossa população. É menos tempo dentro dos congestionamentos, menos tempo de circulação na cidade, menos emissão de carbono, menos acidentes, ou seja, é possível e é necessário que Porto Alegre se aproprie dessa discussão. Nesse sentido, o nosso mandato está encaminhando a constituição dessa frente parlamentar, e fica o convite para os demais vereadores que têm também uma intervenção nesta pauta para estarem somando junto nas assinaturas e na composição dessa frente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Boa tarde; quero saudar o nosso novo Presidente desta Casa, Ver. Mauro Pinheiro, desejar sucesso neste ano e dizer também da minha alegria de ser também a tua vice-presidente; saudar aqui os colegas, o público que nos assiste. Dizer que este ano, o ano de 2024, é um ano muito importante e muito especial, porque, neste ano, a minha igreja, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, está celebrando 100 anos de história. É o nosso centenário, são 100 anos de vidas sendo transformadas pela palavra de Deus. Há 100 anos, a nossa Igreja Evangélica Assembleia de Deus enfrenta desafios e realiza também obras sociais, resgatando vidas através da palavra de Deus. E hoje eu gostaria de compartilhar, aqui desta tribuna, um momento muito especial, de grande emoção, ocorrido na tarde de ontem, dia 6 de fevereiro, na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. Eu tive o privilégio de estar presente nesse evento representando aqui o Parlamento Municipal, a Câmara Municipal, na condição de vice-presidente desta Casa. Então, por proposição do deputado estadual Elizandro Sabino, foi concedida a Medalha do Mérito

Farroupilha ao pastor Geraldino Silva, que é o pastor-presidente da Convenção das Igrejas Evangélicas e Pastores da Assembleia de Deus no Estado do Rio Grande do Sul – CIEPADERGS. Este evento foi prestigiado por diversas autoridades, inclusive pelo nosso vice-governador Gabriel Souza. Então, na sequência desse evento, foi realizado também o primeiro Grande Expediente do ano, pelo centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Pastores e lideranças de todo o nosso estado do Rio Grande do Sul prestigiaram, estiveram presentes para essa justa e merecida homenagem, que contou também com coral, orquestra da região metropolitana, entoando o hino do centenário da IEAD. Foi um hino que foi elaborado justamente para este ano e vai ser louvado o ano inteiro.

Quero compartilhar também que, como vereadora desta Casa, eu reservei para este ano a mais alta homenagem deste Parlamento, que é o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre. Cada vereador desta Casa dispõe de apenas um troféu, e eu vou, então, entregar neste ano – já foi protocolado na Câmara, tenho certeza de que vai ser aprovado logo, logo – o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre para a nossa instituição Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Está prevista também, neste ano, uma exposição de fotos do centenário, dos 100 anos da Assembleia de Deus, que vamos organizar para estar aqui no Parlamento municipal e no Parlamento gaúcho.

Quero dizer também que, enquanto vereadora desta Casa, sempre honrei a nossa igreja e é com muito orgulho e gratidão que me coloco sempre como representante dessa comunidade, utilizando todas as oportunidades para enaltecer o trabalho dessa igreja.

Concedi também a Comenda Porto do Sol ao Lar Esperança, que realiza um relevante trabalho social com crianças que estão em situação de vulnerabilidade social. Para celebrar a nossa fé, nós criamos a nossa lei, a lei municipal do Dia da Assembleia de Deus no dia 19 de outubro. Entregamos também um troféu ao Lar Gustavo Nordlund, um Diploma de Honra ao Mérito para o Lar Esperança. Enfim, este é o nosso trabalho aqui no Parlamento, sempre na defesa do povo, do povo cristão.

Também quero comentar que, como vereadora, nós também temos a oportunidade de nomear ruas, então eu tive a oportunidade de nomear ruas de pastores da nossa Igreja, como o Pastor Pedro Vieira da Silva, a Dalvina Rosa de Oliveira Wergutz, a Meracy Martins da Silva, o Adão Ignácio Alves, o Evaldo Machado dos Santos, que agora são nomes de ruas em Porto Alegre. E já aprovadas nesse Parlamento, a rua Pastor Sebastião Rodrigues dos Santos, rua Sérgio Moura da Silva, rua Capelão Militar Walter Benites, e está tramitando também a Rua Missionário Herbert Nordlund e a Rua Maria Inês dos Santos Lopes.

Então, para finalizar, quero deixar também a palavra de Deus, em provérbios, que diz: Consagre ao senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem sucedidos. Que Deus abençoe esse Parlamento e que Deus abençoe essa Nação. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver.^a Tanise. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Mauro, na primeira oportunidade deste ano, V. Exa. assumindo a Casa pela segunda vez. Quero desejar, e para poder desejar, eu quero a sua atenção, caso contrário eu fico com dificuldade de me expressar, mas quero desejar, me repetindo, que o senhor tenha um belo trabalho, com o nosso apoio. Mas de antemão, quero dizer que esta Casa deve ser mais ágil esse ano, e depende muito do Presidente. Eu conheço a sua experiência, a sua índole, e tenho certeza que nós podemos agilizar melhor o plenário. Quero sugerir que as questões de moção, requerimento, passe, Presidente, para quinta-feira, prêmios, etc., tudo que não for projeto de natureza para debate técnico na Casa, para que nós possamos fazer projetos e votar não só do Executivo, mas também deste Parlamento, que nós possamos fazer segunda e quarta como prioridade, e nós possamos enxugar mais as outras questões para quinta-feira. A quinta-feira, que nós não estamos usando, está no nosso Regimento que é dia de sessão: quando há necessidade, nós fazemos; quando não, não precisa fazer. Estou sugerindo à Mesa que nós possamos fazer um plano de trabalho dando prioridade aos projetos de lei na segunda e na quarta. Nós estamos perdendo muito tempo, nós estamos, às vezes, passando para outro dia uma coisa: o que nós não decidimos na segunda, passamos para quarta; o que nós não decidimos na quarta, passamos para outra segunda. Na realidade nós estamos entrando no ano eleitoral, nós não estamos usando as três sessões. Nós vamos ter, como vi aqui a que me antecedeu, a Ver.^a Tanise, títulos de cidadão de Porto Alegre, título de várias questões que nós temos que amparar, faz parte do Regimento. Eu pediria a V. Exa. que, primeiro, nesta tribuna, quando um vereador exceder o tempo, antes do tempo, já diga: para complementar, para concluir, para que nós possamos ser ágeis. Tem gente que está aproveitando, não são cinco minutos, às vezes estão aproveitando aqui sete minutos e prejudicando o outro que o outro também acaba tendo direito para sete. Não quero ser intransigente estou dando apenas uma opinião de um vereador que gostaria, que é um dos mais presente neste plenário, de votar, eu quero votar, mas não vou votar requerimento que não tenha fundamento, moção que não tenha fundamento que só tenha o debate político, só a raiva, só a ideologia, isso não me contempla. Por isso estou apresentando dois projetos que eu quero ver serem votados nesta Casa porque são muito importantes, nós definirmos 10% das nossas emendas impositivas, daquilo que não é da saúde, porque a saúde é 50%, está garantido, mas 10% para uma eventual necessidade da Prefeitura como aconteceu agora, praticamente uma tragédia em Porto Alegre; 10% daqueles 50% que não são da saúde, para que a gente possa ter um fundo para quando acontecer, em quatro anos que é o nosso mandato, que a Prefeitura possa usar esse fundo, que nós já garantimos aí uma verba de 10% dos nossos 50% que nós colocamos, digo, de passagem, não estou tirando de ninguém, nós colocamos muito bem os 100%, que são em hospitais, que são em academias nas praças, que são auxílio para escolas e creches que têm convênio com a Prefeitura, saúde e posto que tem convênio com a Prefeitura. Estão perfeitas as nossas emendas, mas não custa nós deixarmos num fundo 10% para uma eventualidade como aconteceu recentemente em Porto Alegre. Estou sugerindo. Não sou dono da verdade. Estou usando um pouco da minha experiência, que vocês têm também, para que a gente possa agilizar esse Plenário.

O nosso grande problema não são os projetos, é este Plenário que não avança, que não adquire uma capacidade de decisão; quero, contribuindo, Presidente, V. Exa. também, para que junto conosco se consagrar, precisamos de agilidade, esta Casa precisa de mais agilidade, ela está muito lenta, o cidadão cobra, é um ano eleitoral, um ano mais curto, e tudo indica que nós podemos render muito mais. Muito obrigado, Presidente. Desculpe a audácia, mas é um objetivo de contribuir com os colegas. Não há crítica individual e sim uma crítica de que a Casa tem que ser mais ágil, e isso depende muito da presidência, da Mesa Diretora. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes, pelas contribuições. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Cumprimentos a todas as colegas vereadoras, aos colegas vereadores, em especial ao Presidente Mauro Pinheiro para quem desejo êxito no exercício da presidência desta Casa. Ao longo deste ano certamente teremos grandes embates e votações importantes que virão a contribuir em medidas necessárias, muitas delas urgentes, para enfrentarmos os problemas que a população de Porto Alegre vem enfrentando, seja a partir dos eventos climáticos em que todos nós sofremos e sentimos já as dificuldades de ser enfrentadas na medida em que a cidade, especialmente o Executivo, não se prepara para essa situação já anunciada. E por falar em situação anunciada, eu quero aqui, Presidente, nobres pares, chamar a atenção de cada um e cada uma, nós estamos vivendo uma emergência com relação ao avanço da dengue no país, no nosso Estado e na nossa cidade. O Rio Grande do Sul já perdeu duas vidas em Tenente Portela, mas a gente já observa vários executivos, várias comunidades já se mobilizando na prevenção, e é disso que eu quero falar, Ver.^a Cláudia; quero chamar a atenção porque além das ações do poder público que devem ser tomadas, nós precisamos envolver a comunidade. Os dados estatísticos apontam que cerca de 70% dos aglomerados da dengue se dá nas residências. Portanto, se nós não conseguirmos sensibilizar e mobilizar a comunidade, nós teremos grandes problemas se Porto Alegre tiver algum surto, diferente de uma cidade menor e com menores problemas. Nós precisamos de ações educativas, a vigilância epidemiológica para o monitoramento das áreas de risco e o controle do vetor de manutenção nas áreas públicas se complementam com o envolvimento ativo das nossas comunidades. A prevenção eficaz faz com que a abordagem integrada do poder público e da comunidade consigam enfrentar e superar esta emergência. Não é possível que em situações que a gente já receba alertas previamente, não se tome nenhuma medida preventiva. Eu me preocupo por demais com o lixo de Porto Alegre, por exemplo. Como está o recolhimento das lixeiras que ficam, por vezes, acumuladas? Nós sabemos de focos em quantos bairros, quantos logradouros estão sem o recolhimento do lixo orgânico e do lixo seletivo. Portanto, Sr. Presidente e nobres colegas, eu não quero que esse tema tão importante, que é um tema de saúde pública, passe imune nesta Casa. Sei que nós temos muitos assuntos para tratar, muitos

enfoques, muitas denúncias e muitas apresentações de soluções, mas não é possível que esta Casa não se dê conta da necessidade de nós termos campanhas de mobilização da comunidade. Eu espero que a Prefeitura, que o senhor prefeito tenha o mínimo de sensibilidade para com o nosso povo. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, é o primeiro momento que ocupo esta tribuna sob a sua presidência novamente. Em anos passados, tivemos essa oportunidade. Uma saudação às vereadoras e vereadores e, no particular, à Ver.^a Tanise Sabino, um abraço ao deputado Elizandro, que foi vereador comigo aqui, assim como ao pai dele, Eliseu Sabino, e aos 100 anos da congregação que V. Exa. integra. Mas o que me traz à tribuna, senhoras e senhores, é o fato de que, muitas vezes, foi debatido aqui, por um ângulo correto e adequado, a barbaridade que é o serviço da tal da Equatorial, Ver. Gilson Padeiro, para todos nós, para o Rio Grande como um todo. Tem um dado – o Roberto Robaina vai me entender – que me irrita profundamente. Veja só, Robaina: nós tínhamos aqui uma empresa chamada Bond & Share, subsidiária da Light, que, inclusive, era dona da Usina do Gasômetro. O governador Brizola encampou, estatizou uma empresa chamada ITT, multinacional, criou a CRT, e encampou a Bond & Share e criou a CEEE. Então, a CEEE – está lá o Lupicínio Rodrigues Filho que sabe disso – é um símbolo do Estado, é um símbolo da energia elétrica que acontecia, é um símbolo daquilo que funcionava no setor público. “Ah, tinha problemas da CEEE” – os problemas se resolvem. O que o governador Eduardo Leite fez foi um crime para o nosso Estado. Mas o que me irrita, Robaina, profundamente é que eles mantiveram na Equatorial o nome “CEEE” – isso é uma barbaridade, isso é um engodo, isso é para enganar o povo. A CEEE é uma Companhia Estadual de Energia Elétrica – estadual! –, esse era o nome e assim ela foi criada. CEEE Equatorial para enganar as pessoas? E as pessoas imaginam, eu tenho conversado com muita gente que tem esta ideia: “Ah, é a CEEE, não é? A continuação” – não é! E eu converso com eletricitários, amigas e amigos, companheiros do Senergisul, sindicalistas, que se revoltam profundamente com isso e têm razão. Esse nome é uma fraude, é para enganar a população. Não é CEEE Equatorial, é Equatorial, somente Equatorial, essa que deixou o povo sem água, essa que deixou o povo sem luz, essa continua com esse péssimo serviço, essa que deixou mais de mil minimercados em Porto Alegre – mais de mil minimercados –, Ver.^a Mônica Leal, com toda a comida estragada, tudo, estragou! Tinha um presunto, tinha um salame, tinha um queijo, tinha um sorvete, acabou tudo! Mais de mil minimercados. Eu falei com a associação dos minimercados, perderam tudo, quem indeniza? Então esses dados todos são importantes, são fundamentais, a denúncia da Equatorial, mas é Equatorial, e não CEEE Equatorial. Colocar CEEE para enganar o povo, sim, foi mantido esse nome e fantasia absurdo, enganando o povo, que acha que é uma continuação de uma empresa

pública eficaz, não é! É uma empresa privada extremamente danosa ao povo gaúcho, particularmente o da nossa capital. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, iniciando mais uma sessão plenária no mês de fevereiro, depois de um recesso, é muito bom trazermos notícias boas. Hoje nós participamos, eu e outros vereadores, da entrega da revitalização do lago do Parcão. É um trabalho da Prefeitura, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e outras secretarias, e eu trago este assunto porque foi uma demanda tão cobrada dos moradores, daqueles que caminham no Parcão, nem sempre moradores locais, que chegavam ao nosso gabinete até antes da pandemia, por quê? Porque lá tinham os animais, e o lago começou a secar, e começou a questão da falta de oxigênio. Lembro até que, na época, o André Machado estava na Band, foi um dos jornalistas que ajudaram a dar visibilidade a essas demandas, e nós conseguimos ainda com a Prefeitura, na época, com o DMAE, dois caminhões de água para tranquilizar as pessoas que os animais que estavam lá não morreriam por falta de água. E ali já tinha iniciado um trabalho que era difícil de ser feito, porque tinha que passar uma tela no fundo do lago para vir remanejando os animais, peixes e outros, até uma parte para poder fazer o desassoreamento do lago. Não tinham empresas conhecidas que fizessem, e era demanda, pedido de providências. Hoje eu tive a satisfação de participar, estava lá o secretariado, o Prefeito, nós, vereadores, prestigiando esse ato que foi realizado em parceria com os adotantes do Parcão. Então, as pessoas que lá frequentam terão um parque com lago revitalizado e que é muito gostoso de ficar nas sombras das árvores caminhando, isso para quem pode, e também para os moradores locais, que afinal pagam altos impostos e terão este retorno da praça, do lago, onde podem levar as crianças – também foi revitalizado o espaço infantil; e temos no fundo ainda o cachorródromo. Para o cachorródromo, nós temos pedido alguma manutenção, também é muito bem frequentado. É interessante que se fala com as pessoas, às vezes de outros municípios, para participarem dos nossos parques, esses parques que são com maior infraestrutura. Então este ponto positivo para a Prefeitura, não podemos deixar de destacar. E dizer que estivemos envolvidos em cobranças que chegavam ao gabinete, assim como ao meu, certamente chegavam também a outros vereadores. Este é o meu registro de hoje e quero ainda dizer que nós estamos apresentando projetos de lei, que não é o que está saindo na imprensa, nós estamos apresentando três projetos de lei, que vão entrar, que são projetos necessários e que não são de homenagem. Então a pesquisa só está sendo feita pontualmente, com alguns casos, não é a realidade da nossa Câmara Municipal. Nós temos bons projetos que são para atender às necessidades da nossa capital, mas também, no meio desses projetos, há as homenagens, que são previstas no Regimento, é prerrogativa do vereador querer homenagear ou não. Quero dizer que não estou nessa lista por uma questão de que apresentei projetos que foram demandas que chegaram e que nós

procuramos adequar, nesse período do recesso, para protocolar e já estão em andamento. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Há alguns temas sobre os quais eu gostaria de falar, primeiro, eu queria trazer a minha posição com relação à fala do Ver. Cassiá a respeito da ideia que o vereador deu de que a Câmara disponibilizasse 10% das emendas impositivas, eu queria dizer que eu sou contrária a essa opinião, e é também uma opinião que deve ser discutida em plenário, pois nós temos, como disse o vereador, 50% para a saúde confirmados e outros 50 % para vários fins. A Câmara devolve, todos os anos, muito recurso para o Município, e sempre que acontece algo atípico, algum evento climático, alguma coisa que nós precisamos ajudar, a Câmara é a primeira a fazer a devolução do valor necessário antecipadamente, para poder ajudar o Município a resolver os problemas. Então eu acho que a gente não deve retirar 10% - que parece pouco, mas não é pouco - daquela fatia que é nossa, enquanto vereadores, e que sabemos, porque estamos em vários pontos da cidade acompanhando as deficiências e as necessidades de cada bairro e aquilo que eles precisam, principalmente aí as nossas crianças com deficiência dentro da assistência social. Como disse o Ver. Cassiá, os bairros que precisam de uma academia na praça e tantas outras coisas, a gente só consegue fazer através das nossas emendas impositivas.

Com relação à Equatorial, todos sabem que nós estamos protocolando uma CPI em que alguns vereadores concordam, outros não concordam, mas nós tivemos 26 assinaturas de 26 vereadores. Nós vamos discutir tudo aquilo que aconteceu que não foi nesse evento de janeiro e, sim, nos últimos quatro eventos, onde cada vez mais as pessoas estão ficando sem iluminação por mais tempo, onde as pessoas estão perdendo coisas, onde muita coisa está acontecendo e onde a gente tem ouvido falar que o prefeito tem responsabilidade com relação às podas. Eu discordo, porque, desde 2022, a Equatorial tem uma autorização da Fepam, que é um órgão estadual, para fazer as podas quando estes estão envoltos em fios, e não estão fazendo. Então, nós precisamos que eles nos expliquem o porquê que não estão sendo feitas, como serão feitas e se serão feitas, porque, senão, nos próximos temporais, novamente nós teremos problema e novamente as pessoas perderão tudo.

Então, nós não podemos nos calar, nós precisamos ouvi-los e achar uma solução. É de responsabilidade do Município, sim, porque o Município é o maior cliente do Estado da Equatorial, e nós, como vereadores, temos a obrigação de fiscalizar o serviço malfeito dentro da nossa cidade. E é por isso que eu estou implantando a CPI junto com os outros 25 colegas que assinaram esta CPI.

Para complementar, Presidente, eu queria falar sobre a dengue, que a Ver.^a Biga comentou aqui de várias ações que estão acontecendo, e dizer que os agentes

comunitários de endemia semanalmente recebem o monitoramento dos casos confirmados. Esses casos cresceram 855% desde o 1º de janeiro. Realmente é alarmante e preocupante, mas eles têm recebido os casos, as armadilhas, e eles fazem um mapeamento para a atuação nos bairros. Eu queria saber o que o governo federal está fazendo, que disponibilizou a vacina para boa parte do País e não disponibilizou para o Rio Grande do Sul. Então, eu espero que o Rio Grande do Sul também seja acolhido com as vacinas, porque é injusto e o governo federal não pode nos deixar de fora. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Neste momento, saudando e dando boa tarde a todos os parlamentares, bem como a todos que acompanham aqui na Câmara e nas redes sociais. A minha parte, neste momento, é celebrar a concessão do Cais Mauá. A visão que os porto-alegrenses e as pessoas que aqui trabalham ou nos visitam vai mudar em relação ao estuário do Guaíba, ao delta do Jacuí e a todas essas belezas que temos defronte a nossa cidade. Depois de décadas de sabotagem por militantes, especialmente da esquerda, a concessão finalmente saiu do papel. Não será apenas uma obra histórica, será uma mudança de paradigma, de mentalidade na nossa cidade. O Cais Mauá hoje já é dividido entre Coreia do Sul e Coreia do Norte. O Cais Embarcadero, capitalista, desenvolvido, e os armazéns abandonados, estatais, defendidos por estatistas, assim como a Coreia do Norte, atrasada na história. Além disso, o consórcio já divulgou o seu projeto e a orla da nossa cidade, que tem muito pouca diferença desde os anos 1970. Afinal de contas, fala-se em erguer um prédio um pouquinho mais alto, lá vão os militantes acéfalos à justiça dizendo que em dois dias de janeiro vai fazer um pouquinho de sombra sei lá onde no Centro. Serão R\$ 353 milhões de investimento, isso para começo, numa área de 3 quilômetros que poderá receber, abarcar até 3 bilhões de reais de investimentos entre moradias, escritórios, empresas, enfim, com os investimentos na nova orla. Nesse sentido, como líder do partido NOVO, quero elogiar o governador Eduardo Leite e seu governo por tocarem esse projeto, por não se intimidarem com militantes radicais que continuam, aliás, indo até o Cais espalhar notícias e nas redes sociais. Quero também parabenizar o governo Melo que fez também a sua parte e, finalmente, parabenizar esta Casa que, com as votações feitas, aumentou o potencial construtivo, aumentou a altura dos prédios como possibilidade de construção, fazendo com que o empreendimento, digamos assim, pegasse preço, fosse atrativo para trazer empresas para esse processo. Portanto, eu saúdo a todos os envolvidos, porque Porto Alegre vai mudar. Inclusive o famigerado muro, que é um dispositivo ultrapassado de segurança, será substituído por dispositivos modernos e móveis em alguns casos, para que, como disse no princípio da minha fala, a visão que os porto-alegrenses, quem aqui trabalha, quem aqui visita têm do estuário do Guaíba, possa mudar para sempre e possa melhorar para sempre.

Quanto àqueles que criticam, tudo bem, nós os suportaremos porque a gente vê vocês se refestelando na nova orla, em breve já no Harmonia também, apesar de toda a campanha contra, vocês são os primeiros a usufruírem. Mas isso é capitalismo, é liberdade para que o melhor projeto vença, e mesmo que, em havendo oposições, nós realmente tenhamos um ambiente livre e próspero. Parabéns Porto Alegre, parabéns Rio Grande do Sul. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h16min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0043/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 019/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que assegura às mulheres o direito de terem como acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha, durante consultas e exames em geral nos estabelecimentos de saúde públicos e privados no Município de Porto Alegre e estabelece que em caso de consultas e exames em geral que envolvam algum tipo de sedação, a presença de acompanhante será obrigatória. **(SEI 218.00006/2023-36)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, das Emendas nºs 01 e 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02;
- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 01 e 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 01 e 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Conselheiro Marcelo: pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 01 e 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 e pela rejeição da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Pablo Melo;
- com Emenda nº 02, do Ver. Tiago Albrecht;
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, do Ver. Pablo Melo;
- incluído na Ordem do Dia em 13-12-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 019/23](#).
(Pausa.) O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, há mais de ano e meio, eu venho trabalhando neste projeto, que a gente denominou de lei do acompanhante, é um projeto que impacta a vida real, principalmente das mulheres porto-alegrenses e que tem como marco aquele abuso, aquela monstruosidade que aconteceu na Baixada Fluminense, quando um anestesista estuprou uma mulher grávida no hospital. A partir dali, nós começamos a construir este projeto de lei, que dá a opção às mulheres porto-alegrenses de terem um acompanhante, seja ele quem for, em procedimentos cirúrgicos, com sedação, em estabelecimentos médicos públicos ou privados. Em primeiro lugar, o objetivo do projeto é a defesa das mulheres perante a proliferação de abusos que acontecem não só em Porto Alegre, como no Rio Grande, como no Brasil. Nós temos a convicção de que 99,99% da classe médica faz bem o seu trabalho, mas, infelizmente, os psicopatas estão em todas as camadas da sociedade. Então, este nosso projeto visa à proteção das mulheres porto-alegrenses e à proteção da relação médico-paciente, porque também há falsas denúncias contra médicos em determinados procedimentos e até mesmo em consultas. Eu discuti isso com o presidente Rovinski, com o então presidente Carlos Sparta, agora é o Trindade o presidente das entidades médicas do Rio Grande do Sul.

Eu fiz uma subemenda que inclui pessoas com deficiência neste projeto para que elas também possam ser acompanhadas nos estabelecimentos públicos e privados de saúde na nossa capital.

Quero agradecer ao Ver. Tiago Albrecht pela sua emenda, que adéqua, que faz os ajustes necessários que a Procuradoria da Casa pediu, orientou.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Quero dar o aparte à Ver. Biga. Por gentileza.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Obrigada, Presidente; obrigada, Ver. Pablo. Eu solicitei para o apartear, para falar da importância deste projeto que, sem dúvida nenhuma, visa salvaguardar a integridade física, emocional e psicológica das mulheres. Nós assistimos todos os dias denúncias dessas situações – inclusive aqui no nosso Estado e na nossa cidade – de profissionais da saúde que cometem as mulheres à tamanha violência e aviltamento da sua condição. Portanto, um projeto dessa natureza nos resguarda, protege as mulheres e as meninas na sua integridade. Nós encaminharemos, sim, para votarmos favoravelmente pela importância desse projeto.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pablo, V. Exa. fez voltar à minha memória que, quando eu era deputado, estabeleci uma lei em que os hospitais da rede pública e privada no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul deveriam afixar cartaz ou placas em local visível informando sobre o direito do idoso de ser acompanhado no caso da internação e da observação. Já está no Estatuto do Idoso, mas, se não colocar cartaz ali e informação, as pessoas não vão saber. O parágrafo único diz: “O cartaz ou a placa de que se trata o *caput* deste artigo deverá manter, obrigatoriamente, a seguinte informação: ‘Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, conforme o disposto no art. 16 da [Lei Federal 10.741/03](#).’” Ou seja, eu quis dar um exemplo da importância de seu projeto, que quando tem esse cartaz, a informação, porque, muitas vezes, o cidadão é desinformado porque não tem quem informe ou não tem uma questão afixada para ele tomar conhecimento.

Então, parabéns, vou votar com V. Exa., porque o projeto é bom. Todo tipo de informação é muito bem-vinda ao cidadão que, às vezes, vem de longe, tem receio de estar no hospital, tem medo de perguntar para a pessoa... Quantas pessoas querem fazer a operação e muitas não entram em hospital, têm medo, pensam que vão morrer. Não, o hospital salva muita gente, e a boa informação dá a tranquilidade; o acompanhante é a tranquilidade para quem está num momento difícil da sua vida, porque traz a paz, a tranquilidade, o companheirismo, e isso dá muita coragem e fé para que a pessoa melhore. Parabéns pelo seu projeto.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Muito obrigado, Ver. Cassiá Carpes, a sua colocação aqui é muito pertinente. Àqueles que forem ler o nosso projeto, que quiserem, está disponível a todos vocês, ele também obriga, Ver. Cassiá, que os estabelecimentos médicos afixem e informem, na entrada, que as mulheres têm esse direito; os estabelecimentos são obrigados a informar que as mulheres têm o direito a ter um acompanhante nesses procedimentos.

Então, eu sei que aqui muitas vezes a gente vota noções ideológicas, aqui cada um tem as suas posições, a gente, democraticamente, respeita a cada uma delas, mas este é um projeto que impacta a vida real dos porto-alegrenses e em especial das nossas mulheres. Eu gostaria de pedir aos meus pares, se for possível, é claro, e entenderem que o projeto é bom, que votemos por unanimidade a aprovação dele. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 019/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras, este é o tipo de projeto de lei que eu tenho certeza que será votado por unanimidade, e por isso eu quero parabenizar o colega a Ver. Pablo Melo por ter encaminhado esta matéria de importância, não apenas para Porto Alegre, mas para o Rio Grande do Sul, que este seu projeto sirva de exemplo para outros municípios. É triste, em uma breve pesquisa pelos jornais mais renomados do

Brasil, do Rio Grande do Sul, eu encontrei, no mínimo, seis denúncias de maus médicos que abusaram das pacientes, seja numa cirurgia, seja no momento da anestesia, seja no momento de uma consulta e quando V. Exa. assegura às mulheres o direito de serem acompanhadas em uma consulta, em algum procedimento, o senhor está tratando de segurança das mulheres, sejam meninas, sejam adolescentes, sejam mulheres maduras, idosas, mulheres que, através de uma breve pesquisa, tiveram as suas vidas invadidas não apenas fisicamente, mas emocionalmente, psicologicamente. Isso faz com que todos nós, vereadores, homens e mulheres, estejamos olhando esta questão como seres ativos, como parlamentares que têm o direito e o dever de preservar vidas. Eu quero dizer ao senhor que esta lei fortalece os bons médicos, esta lei privilegia os bons médicos e faz com que eles, poucos médicos, que abusam das suas pacientes, sejam identificados ou que não aconteça mais nenhum tipo de atitude que possa vir a vilipendiar a vida daquela mulher. Então, Ver. Pablo Melo, parabéns pela sua sensibilidade enquanto homem, porque, por certo, o senhor tem esposa, namorada, noiva, os homens, vereadores que estão aqui, e aqueles que nos assistem têm filhas, têm afilhadas, têm irmãs, têm mães e por certo não querem que as mulheres das suas vidas passem por algum daqueles constrangimentos, algum crime que aquela pesquisa que eu fiz agora brevemente apontou. Por exemplo, V. Exa. falou de um médico que abusou mais de 60 vezes, estuprou mulheres que foram buscar a saúde, que foram buscar a proteção, a prevenção da sua vida. Então, por certo, o senhor terá o meu “sim”. Parabéns também ao Ver. Tiago pela emenda que faz algumas correções importantes. Eu acho que é este momento que nós vivemos, que possamos vivenciar nesta Câmara de Vereadores, deixando as ideologias de lado e buscando a unificação naquilo que vai fazer com que os porto-alegrenses, no caso as mulheres de Porto Alegre, estejam mais seguras, protegidas e, se quiserem, que possam ser acompanhadas no momento da consulta ou de algum procedimento. É “sim” com letras maiúsculas, e espero, assim como o senhor, que seja por unanimidade, e que a Câmara de Vereadores, a partir do seu projeto de lei, sirva de exemplo para todo o Rio Grande do Sul. Parabéns!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 019/23.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (Republicanos): Presidente Mauro, boa tarde; boa tarde a todos, colegas vereadores e público que nos assiste. O Ver. Pablo já foi parabenizado aqui pela proposição que assegura às mulheres o direito de terem como acompanhante uma pessoa de sua livre escolha durante consultas e exames em geral nos estabelecimentos de saúde públicos e privados do município de Porto Alegre, e estabelece que, em caso de consultas e exames em geral, que envolvam algum tipo de sedação, principalmente exames que precisem de sedação, a presença de acompanhante será obrigatória. Eu não tenho dúvida de que vai ser unânime, pela manifestação dos colegas aqui, e infelizmente, não só em Porto Alegre, mas no Brasil afora, existem muitas denúncias, muitas denúncias de mulheres que são vítimas de violência em consultórios.

Então esse projeto vem ao encontro dessa necessidade, e aqui tratamos principalmente da segurança das mulheres, porque eu já ouvi de mulheres dizendo: “Naquele consultório eu não vou mais.” Então isso, com certeza, traz essa segurança para todas as mulheres, quando forem fazer um exame, principalmente quando existir sedação. Encaminho aqui, eu e o Ver. Alvoni, eu não conversei com ele, mas tenho certeza que a bancada do Republicanos vai votar favorável. Parabéns, Ver. Pablo, um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 019/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pablo, colegas vereadoras, vereadores, é impossível se omitir, não devemos nos omitir. Vejo positivamente várias mulheres, homens aqui, vereadoras e vereadores se posicionando clara e objetivamente a favor desse projeto de lei que dá a guarida, sustentação, condições de tranquilidade para que uma mulher, quando estiver num processo de sedação, possa ser devidamente acompanhada, seja numa clínica ou num hospital. Nosso voto é favorável. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Pablo Melo, à Emenda nº 01 ao PLL nº 019/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 019/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 019/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, uma questão de ordem já alinhada com o pessoal da Diretoria Legislativa: solicito a inclusão, na redação do art. 1º, § 2º, ao final do inciso II, da expressão “ou”. É uma minúcia, mas é uma filigrana da redação que já está alinhada. Vou repetir para o plenário: solicito a inclusão, na redação do art. 1º, § 2º, ao final do inciso II, da expressão “ou”, tanto para a emenda como para a subemenda.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): À Emenda nº 02 e à Subemenda nº 01 à Emenda nº 02.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 019/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 019/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 019/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 019/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 226/23 – (Proc. nº 1246/23 – Ver^{as} Fernanda Barth e Comandante Nádia e Vers. José Freitas e Tiago Albrecht) – requer a constituição da Frente Parlamentar contra a Doutrinação Ideológica nas Escolas. **(SEI 212.00093/2023-27)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o [Requerimento nº 226/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde para todos que estão nos assistindo pela TVCâmara, pelo Youtube, pelas redes sociais e aos colegas que estão aqui nesta sessão legislativa que, de fato, abre o ano Legislativo. Eu digo isso porque, na segunda-feira, nós não tivemos o privilégio de votar nenhum projeto e hoje, de fato, nós estamos começando e eu espero que com o pé direito.

Eu venho aqui provocar com vocês o seguinte tema: eu estava conversando aqui com os nossos colegas vereadores da bancada de oposição, alguns vereadores de esquerda, colocando para eles que a constituição dessa Frente Parlamentar Contra a Doutrinação Ideológica nas Escolas é contra qualquer doutrinação, seja de esquerda, de direita, de centro, de qualquer doutrinação. E a ideia que nós temos para trabalhar esse tema, o qual já queria ter começado no ano passado, é trazer o tema de fato para debate, inclusive trazendo a esquerda para dentro da frente, para ouvir o seu ponto de vista em relação a esses temas, porque nós temos centenas de reclamações de pais e eu acho que é importante que a gente escute o ponto de vista desses pais, é importante que a gente escute os alunos, é importante que a gente escute os professores. Essa frente é muito importante, então eu realmente gostaria de contar com o voto de todos vereadores desta Casa, mesmo os que são contrários ao tema, porque veem nele um viés de direita em cima, quando, na verdade, a preocupação com a criação e a educação escolar dos nossos filhos é algo geral em todos os espectros ideológicos e políticos. Eu peço um olhar atento para esta frente porque é uma frente que tem uma demanda muito grande e represada, a quantidade de pessoas de quem nós recebemos mensagens todas as semanas pedindo auxílio, inclusive em relação a críticas, em relação a livros que são dispostos, didáticos. E eu não estou

falando só da escola municipal, eu estou falando que essa frente não vai debater só a questão da escola municipal, ela vai falar a respeito de toda a educação que as crianças recebem na escola. Vai ser escola privada, pública, municipal, estadual tendo sede aqui onde nós moramos, todos serão ouvidos. Eu estava conversando com a Ver.^a Mônica sobre isso, com a Ver.^a Cláudia, com a Ver.^a Tanise, conversei com o Ver. Pedro Ruas, que tem suas divergências ideológicas; o Ver. Tiago, e nós temos uma função muito intrínseca a esta Casa parlamentar que é debater temas que de fato tenham importância para a sociedade. Este é um tema que fala profundamente com a sociedade, onde todos têm uma opinião a respeito, independente do espectro político ideológico. E esta frente estará aberta para o debate de todos esses pontos de vista, e eu quero que a gente consiga promover um debate sério, um debate adulto, um debate responsável sobre este tema. Então, conto com o voto dos colegas, espero que essa frente seja aprovada. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/23, como coautor.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, assessorias, quero parabenizar a Ver.^a Fernanda Barth, porque esta é uma das frentes parlamentares em que vejo nexos. Há uma crítica aí fora, na bolha da imprensa, a respeito de criação de frentes, de moções, enfim, acho que o ponto que o Ver. Cássia trouxe é importante, a respeito da quinta-feira, talvez, Presidente Mauro, ser destacada para debates mais ideológicos, moções, condecorações, homenagens.

Eu quero saudar, Ver. Fernanda, esta tua iniciativa e quero ilustrar com um fato muito prático e atual: o *site* Metrôpoles posta no seu Twitter, no seu *site*, depois vai estar nas minhas redes sociais também, no @tiagoalbrecht, para quem quiser acompanhar, a instrumentalização feita das escolas municipais lá no Rio de Janeiro, onde o Presidente da República foi fazer um comício, uma entrega, enfim, com a diretora e também aparentemente uma coordenadora pedagógica cooptando professores, professoras para estarem presentes a este evento político. Essa é uma forma de doutrinação, essa é uma forma de exploração da educação pública de maneira política e militante. Está lá no *site* do Metrôpoles, com o áudio, inclusive da diretora da escola cooptando essas professoras para que se façam presentes no evento do Presidente da República. Então, além dessa questão que chama a atenção, o péssimo português da diretora da escola, o jeito que ela fala, de forma horrorosa também nos fazem ponderar em que situação está a educação pública; mas isso é para além do debate. Para manter no escopo sobre a Frente Parlamentar Contra a Doutrinação, para evitar também, como aconteceu em Brasília, após o segundo turno, quando venceu o Bolsonaro, que o professor deu um churrasco em sala de aula para comemorar a eleição de Bolsonaro. Está errado! Sala de aula não é lugar para militância! Sala de aula é lugar para ensino de português, matemática, ciências sociais, ciências naturais, línguas estrangeiras. Então eu encaro essa

frente parlamentar, e por isso citei exemplo de maragato e chimango, para mostrar que ela se faz necessária para todos os espectros. Tem a frente parlamentar da Ver.^a Karen Santos, que me parece uma frente parlamentar multipartidária, inclusive V. Exa. citou que, em São Paulo, o prefeito que está começando, que não é do seu partido, para estarem fazendo. Então, acredito que esta Frente Parlamentar Contra a Doutrinação também congrega o multipartidarismo, por isso recebe o meu apoio. Parabens novamente V. Exa., Ver.^a Fernanda Barth, e estaremos presentes contra a doutrinação. Escola é lugar de estudo, é lugar de ensino, é lugar de ciências, de botar o nariz nos livros, baixar a cabeça e estudar, porque nós realmente precisamos tirar o País do atoleiro, precisamos realmente ter uma educação de qualidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadoras; eu ouvi o Ver. Cassiá, do Partido Progressista, hoje usar a tribuna e, com razão, levantar o problema de que a Câmara dos Vereadores tem um excesso de produção legislativa, que, de fato, não trabalha com assuntos que são essenciais. Acho que o Ver. Cassiá estava, de uma certa forma, impactado pela própria reportagem do jornal que saiu comentando que boa parte da produção legislativa tem sido nome de ruas ou homenagens. E o caso das frentes também é algo que nós temos que estudar, porque tem um excesso de frentes parlamentares e, às vezes, essas frentes parlamentares não levam a debates profundos. Esta frente proposta é muito pior: é uma tentativa de instrumentalizar uma luta política da extrema direita contra a liberdade de cátedra, contra os professores e professoras que lecionam. Nós sabemos quem são os proponentes desta frente, são os setores que estiveram, boa parte deles, ligados ao bolsonarismo, que defendem uma posição de extrema direita. Vale lembrar que esta ideologia no Brasil foi a que negou a ciência durante a pandemia, negou as vacinas durante a pandemia. Para esse tipo de político, as recomendações da Organização Mundial da Saúde de que os governantes investissem na vacinação massiva do povo era ideologia, era uma invenção. Esse tipo de político que nega a ciência é o tipo de político que fez essa proposição, que quer construir um combate à ideologia dentro das escolas. Na verdade, eles querem perseguir, a partir dessa frente, justamente a liberdade de cátedra. O pensamento desses políticos me recorda que, se um professor de história, por exemplo, der uma aula sobre a Revolução Francesa, de 1789, certamente, se esse professor estudar minimamente – e isso já é uma literatura muito fundamentada e apoiada mundialmente – ao ensinar sobre a Revolução Francesa, vai mostrar que, nesse momento, a Revolução Francesa foi fundamental para que tivéssemos um avanço global no pensamento humano. Esse avanço percebeu que as leis e as constituições deveriam ser produtos da elaboração da sociedade organizada e não simplesmente produtos da vontade de um rei que se dizia o detentor da vontade divina. Como esses políticos são tão reacionários, são capazes de achar que isso também é um erro, afinal de contas, ainda

temos no Brasil políticos que defendem a monarquia. Eu considero que essa proposta é uma tentativa de instrumentalizar a luta política, de fazer uma luta contra a liberdade de pensamento, contra a ciência, contra os professores e professoras. Esses políticos, certamente, se um professor de história for estudar a Alemanha durante os anos 20 e 30, vai explicar que o nazismo foi produto de uma política organizada pela classe dominante alemã. Essa classe aceitou o enfrentamento, um projeto contrarrevolucionário que enfrentasse e derrotasse a classe trabalhadora alemã. A partir da vitória do projeto nazista, tivemos um profundo processo de destruição das forças da classe trabalhadora. Como muitos desses políticos às vezes são saudosos de projetos contrarrevolucionários, eles vão achar que o professor estará fazendo doutrinação ideológica. Então, eu acho que uma frente parlamentar como essa não tem razão de ser. Esses políticos bolsonaristas foram derrotados nas eleições, eles querem manter a sua base social ativa, eles querem construir uma base social e eles fazem uma frente parlamentar para tentar instrumentalizar politicamente esses seus objetivos. Produção, mesmo, para melhorar a saúde pública, a educação pública, para defender o salário dos servidores públicos, para defender a cidade melhor para todos, esses vereadores não fazem; só querem fazer luta política contra a docência, contra os trabalhadores da educação e contra a liberdade de cátedra. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/23.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PRD): Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente Mauro Pinheiro, desejo, neste ano de 2024, um ano de eleição, um ano bem difícil, que seja um ano muito proveitoso para a nossa Câmara de Vereadores.

Eu venho aqui, em primeiro lugar, parabenizar a Ver.^a Fernanda Barth, pela proposição da Frente Parlamentar contra a Doutrinação Ideológica nas Escolas, porque entendo que escola tem que estar ali para ensinar matemática, português e não para fazer com que haja a doutrinação ideológica, seja por qualquer tipo de partido. E nós sabemos que, infelizmente, temos muitos professores que são militantes partidários e que estão lá transformando os nossos alunos em militantes partidários, o que não deveria acontecer, na minha ótica. Então, quero aqui, de forma muito sucinta e prática, parabenizar a Ver.^a Fernanda Barth e dizer que eu vou fazer parte dessa Frente Parlamentar para discutir os assuntos. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, chamou a atenção a fala do Ver. Robaina, que ligou o gerador de “embromanhol” e falou, falou, falou e não disse nada. Não, porque a Frente Parlamentar contra a Doutrinação Ideológica

nas Escolas, porque o nazismo destruiu a economia, porque não sei o que e tal: gerador de “embromanhol”. Não falou nada, mas se esqueceu de que o nazismo moderno hoje é representado pela esquerda, que é antissemita. Quando ele fala isso, é algo totalmente incoerente com a história, porque, sempre que aconteceram regimes autoritários contra minorias, quem iniciou esse processo, assim como o nazismo, foi a própria esquerda. Onde surgiu o nazismo senão na esquerda socialista da Alemanha? Pode ter depois se transformado em outra coisa que não é nem de esquerda nem de direita, mas esse discurso para confundir o eleitor que não é mais aprofundado em história é totalmente para jogar para a torcida, porque eles mesmos defendem aquilo que o Hamas fez contra a Israel, no mês de outubro. É óbvio. Inclusive aqui em Porto Alegre alguns vereadores faziam passeata, falando: “Estado de Israel, estado assassino e viva a luta do povo palestino”, querendo, na verdade, promover o que aconteceu através do Hamas contra os civis que foram impactados pelo terrorismo dos terroristas lá na região da Palestina. Então, se vocês querem defender, pelo menos defendam com argumentos sólidos e não com narrativas, porque senão fica evidente que vocês que são contra os judeus, que não fizeram nenhum tipo de nota de repúdio contra o que aconteceu, por exemplo, agora, recentemente, com uma comerciante judia, que foi atacada pela sua religião. Vir aqui falar que quem é nazista é direita? Por favor, vamos pelo menos ser coerentes para não precisar vir um vereador de direita aqui desmentir vocês na tribuna.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n° 226/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e especialmente quem defende a educação pública de qualidade, eu não vi quem faz essa proposição ir às escolas, em nenhum ano legislativo, nesta nossa legislatura, cobrar e denunciar a falta de professores, porque o governo não nomeava. Todo ano letivo começa sem professores, mas nunca vai lá defender mais professores para educar os nossos jovens. Também não vi, em nenhum momento, vir aqui denunciar o governo Melo por hoje termos 11 mil crianças sem vaga na educação infantil. Não, a pessoa não faz uma frente parlamentar pela construção de novas escolas, de mais creches; as mães trabalhadoras todas na periferia de Porto Alegre pedindo, implorando por uma escola, mas não, não tem frente parlamentar por escola, não é escola. É uma frente parlamentar que eles dizem que não vão perseguir, mas nós sabemos que é para perseguir e acabar com a liberdade de cátedra. Eles querem amordaçar, Prof. Alex, as professoras, os professores, que já têm um salário baixíssimo neste Município. Estava tendo hoje, por ironia do destino, neste mesmo dia de votação dessa frente, a tal Jornada Pedagógica da Educação Infantil, professora Fabiane – tu presidiste o Conselho Municipal de Educação –, que de jornada não tem nada. Eles chamam de jornada um turno que nem água gelada tem para os professores. Este é o governo, esses são os apoiadores deste governo. É frente parlamentar, supostamente, para combater a ideologia. Olha só a ideologia que eles não combatiam: pastores envolvidos em escândalo do MEC foram 28 vezes ao Planalto. O

negócio era de barras de ouro no governo Bolsonaro, no MEC, na educação. Frente parlamentar contra essa vergonha não fundaram aqui. Engraçado que, em 2021, em 2022, o Bolsonaro estava lá em Brasília; eu não vi fundar nenhuma frente parlamentar aqui para combater a vergonha que estava no Ministério da Educação. Não teve frente parlamentar; agora, tem; agora, brota frente parlamentar no Rio Grande do Sul; brota aqui na Câmara de Vereadores. Mas trabalho mesmo para construir mais vagas em creches... Hoje, nós temos uma juventude que não acessa escola de tempo integral. Não tem frente parlamentar para instalar tempo integral no Município, que é meta do Plano Municipal de Educação, do Plano Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação. Agora, pergunta a esses vereadores e a essas vereadoras que propõem essa frente se eles sabem o que é o Plano Nacional de Educação. Não sabem! Eu estava lá na Conae ouvindo os professores do Brasil inteiro, ouvindo os estudantes, os representantes, tentando entender quais são as lutas para melhorar a educação. Não se melhora a educação simplesmente com palavras ao vento, com frente parlamentar; mas com luta para implementar com recurso público escola de qualidade. Eles não querem mais escola; eles querem é perseguir as pessoas que estão na escola hoje. Mas não vão levar. Essa frente é inconstitucional, porque está escrito na Constituição, no art. 206: “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas”. Quem não conhece a Constituição propõe uma frente dessas! Na LDB, está lá também. Olha só o que diz o art. 3º: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Eu sinceramente fico triste de nós, mais uma vez na Câmara de Vereadores, em vez de votarmos o projeto de lei aqui para dar nome para uma nova escola, para mais vagas na educação, nós estamos de novo perdendo tempo nesta tarde tendo que combater essa bobajada que é criar frente para perseguir professor, prosseguir educador, perseguir pai e mãe. Persigam o governo que não abre vaga em escola, persigam o governo que deixa faltar professores, persigam esse governo que não pagou as conveniadas. Tem conveniadas que não estão conseguindo pagar as trabalhadoras. Desde dezembro não têm o repasse, mas ficam calados sobre o governo Melo. Por que será que ficam calados, em silêncio? Eu ouço um silêncio ensurdecedor nesta tarde, porque realmente ficará nítido que quem votar nessa frente não defende mais vagas em escolas, mais educação: defende perseguição. E nós não vamos deixar isso acontecer. Não vamos deixar vocês criarem uma cortina de fumaça enquanto 11 mil crianças estão sem escola nesta cidade. Nós queremos mais vagas, mais escolas. Vocês têm que trabalhar!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Tiago Albrecht, V. Exa. vai fazer uma questão de ordem?

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, art. 138, também combinado com o art. 5º. Eu quero lamentar e repudiar as ofensas e ataques do líder do PT a pastores. Não é esse o nível de debate que nós queremos neste Parlamento. A gente sabe que o líder do PT tem o costume de xingar as pessoas em suas redes sociais; foi

inclusive notificado pelo prefeito. Então, deixo registrado e consignado que isso é uma falta de respeito com a população evangélica e, principalmente, com os pastores. Se há pessoas, se há, se e somente se, há pessoas que roubam no MEC, não é porque são pastores.

Então, eu quero repudiar essa fala do líder do PT e quero crer que a oposição não faz coro a esse discurso de intolerância religiosa por parte do PT que foi visto nesta tribuna. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Feito o registro, vereador. Ver. Jonas Reis.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, só para esclarecer essa questão de ordem, eu li uma matéria da CNN cujo título é “Pastores envolvidos em escândalo do MEC foram 28 vezes ao Planalto”. Isso aqui é uma matéria de jornal - não sou eu... E não tem nada a ver com intolerância religiosa, estamos lendo um título de manchete, se o senhor não consegue interpretar, a responsabilidade é sua e não minha.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está feito o registro, Ver. Jonas Reis. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, muito obrigado Presidente Mauro Pinheiro, agradeço a oportunidade de me manifestar aos integrantes da minha bancada, à nossa líder e Ver.^a Karen Santos, meu colega de bancada e referência, Pedro Ruas, colega Roberto Robaina.

Vocês sabiam que no Guaíba e toda a bacia do Jacuí Rio dos Sinos e, inclusive agora, nas lagoas costeiras do Rio Grande do Sul têm piranhas? Palometas são pequenas piranhas que causam prejuízos enormes para a pesca, às vezes atacam banhistas. Estas palometas são originárias do Rio Uruguai, não são próprias dessa bacia, não deveriam estar aqui, mas estão. Isso porque a água do Rio Uruguai é desviada de forma indiscriminada, irresponsável, canalha, por produtores rurais da região! Mas por diferença de declividade a água escoas das propriedades rurais, desembocando justamente em tributários do Rio Jacuí, e isso conduz justamente as larvas desses peixes para o Guaíba e isso se torna agora um problema para nós, moradores da capital dos gaúchos.

Senhoras e senhores, o que eu acabei de fazer é descrito por algumas pessoas como doutrinação ideológica. Eu sou professor de Biologia, é minha obrigação legal tratar temas da atualidade, porque muitos desses temas são cobrados em provas de vestibular e ENEM, o que determina o futuro dos nossos jovens. Mas eu sou acusado de fazer falas ideológicas, de pregar doutrinação ideológica de esquerda e marxista. Os meus estudantes... Doutrinação ideológica? Isso é um impacto ambiental. Quando eu falo em impermeabilização do solo, construção desenfreada, liberação de índices construtivos, pavimentação asfáltica e o descontrole sobre a organização de uma cidade, eu estou

falando, sim, que a quantidade de chuvas que cai não infiltra no solo e causa alagamentos, mortes, prejuízos para as pessoas, desastres como a nossa cidade e o nosso Estado presenciaram ultimamente. Mas eu sou o taxado de doutrinador ideológico, não há doutrinação, a realidade é dura para algumas pessoas que se apegam firmemente a uma lógica negacionista, não podem ter os seus dogmas seculares, medievais contestados e essa dor faz com que proponham esse tipo de Frente Parlamentar que não é, não é, para pregar ou defender uma educação neutra, afinal, não há educação neutra. Professores e professoras são seres humanos e têm opiniões próprias, essas opiniões, invariavelmente, serão transmitidas aos alunos, mas é uma opinião, se um pai e uma mãe não concordam que façam o contraponto em casa, larguem os seus celulares, cuidem os seus filhos e eduquem. A tarefa de educação está recaindo somente sobre nossas costas, já que as famílias estão sempre muito assoberbadas. Senhoras e senhores, fecho a minha fala, em nome do meu partido, pedindo o voto “não” a esta Frente Parlamentar porque, daqui a pouco, nós vamos ter a Frente Parlamentar em defesa da ideia da terra plana, porque as pessoas precisam ter a possibilidade de manifestar as suas opiniões. Eu vou comentar um caso em que, certa vez, fui convidado a participar de um programa de um radialista chamado Diego Casagrande e debatia comigo um cidadão que contra-argumentou dizendo que nós fazíamos ideologia, que os professores faziam doutrinação. Eu perguntei: qual é a sua formação? Ele disse: sou publicitário. Eu perguntei: alguma vez tu já pisaste numa escola? Ele disse: não. Eu falei: faça uma licenciatura e coloque para os estudantes o seu ponto de vista, por que o senhor não faz licenciatura, não faz pedagogia? Ah, porque o salário dos professores é muito baixo. Então fica quieto e deixa a gente fazer o nosso trabalho, essa é a dura realidade. Um grande abraço para todo mundo, e esperamos que esse absurdo não passe nesta tarde.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 226/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde a ti, Presidente Mauro, aos demais colegas vereadores e vereadoras, boa tarde à Ver.^a Fernanda, que é a principal proponente desse requerimento. Eu subo nesta tribuna repleto de convicções, mas bastante sereno, e quero dialogar com todos os colegas vereadores e vereadoras, mas, em especial, com os proponentes, porque eu penso que a própria fala do nosso colega Ver. Jessé é a demonstração da importância de que a escola não seja um espaço apenas do estudo das operações básicas de matemática ou de alfabetização, porque aqui desta tribuna se demonstrou um profundo desconhecimento histórico, uma confusão política e ideológica. Não é possível que se suba nesta tribuna e busque se associar o fascismo e o nazismo à esquerda, porque, vejam, os fatos históricos não podem ser alterados ou adulterados, foram os comunistas fundamentais para a derrota do nazifascismo; infelizmente o vereador parece desconhecer. É por isso, Ver.^a Fernanda, tu me convidaste para que participasse das reuniões dessa frente caso ela seja aprovada, e, Ver. Ruas, se tiver qualquer reunião dessa frente eu vou ir para ouvir e contrapor, porque

a mim parece, e o Ver. Prof. Alex foi brilhante, que esse, acima de tudo, é um falso debate – é um falso debate –, essa é uma pauta política da extrema direita que não é de hoje. Há pouco tempo falavam aqui sobre escola sem partido. É a revisão de temas que nós conhecemos bem. A professora Mariângela, da nossa faculdade de educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos diz o seguinte: “não existe doutrinação ideológica, o que chamamos de doutrinação ideológica é, na verdade, a rejeição a tratar temas muito sensíveis na sociedade, como por exemplo, a violência contra a mulher.” Então tudo o que diga a respeito à questão das mulheres é, por exemplo, ideologia de gênero. Eu venho de uma tradição religiosa, já compartilhei isso com vocês, inclusive contigo, Ver. Cecchim, o PCdoB tem uma trajetória de luta em defesa do estado laico e contribuições na Constituição do nosso país em relação a isso. Esta Câmara aprovou, por exemplo, Ver. Hamilton, o projeto de capelania escolar, que oferece assistência religiosa nas escolas. Então existe uma contradição profunda nos debates promovidos aqui nesta Casa. É preciso que os vereadores saibam que Porto Alegre tem um sistema municipal de educação, e o Roberto Robaina falava aqui da liberdade de cátedra. Bem, sistema municipal de educação, projeto político pedagógico, e, quando se fala que existe um projeto político pedagógico, alguns vereadores quando ouvem o político pulam das cadeiras, sem sequer saber o que significa. Projeto político pedagógico toda a escola tem, e isso não significa partidização da escola; significa que a escola define, em assembleia, com a possibilidade de participação dos pais, de qualquer um ou qualquer uma de nós, qual vai ser a diretriz pedagógica que a escola vai discutir. Existe doutrinação, essa é uma pauta da extrema direita para impedir que a escola seja o espaço do desenvolvimento do pensamento crítico. O direito de aprender é um direito das crianças, isso precisa ser reafirmado e não pode ser constrangido. A escola é um espaço vivo, e vocês querem fazer com que a escola seja um espaço da morte, mas nós não vamos aceitar e por isso vamos resistir. Eu vou votar contrário, Ver.^a Fernanda, mas se ela for instalada, eu vou lá ouvir, como eu sempre escuto tudo o que vocês apresentam por aqui. Muito obrigado. Falar e contrapor.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento n^o 226/23, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente. Xeque-mate é o que nós estamos vivenciando aqui. É quando, no xadrez, não há mais saída. Aí eu pergunto para os nobres colegas da extrema esquerda caviar: vocês são a favor da doutrinação ideológica dentro da escola? Porque a frente parlamentar é contra qualquer tipo de doutrinação, e aí entra a doutrinação de direita ou esquerda, de qualquer tipo, ponto. Aqui não fala “doutrinação da extrema esquerda”, xeque-mate! Quem quer doutrinação na sala de aula óbvio que vai votar contra essa frente parlamentar. Fico muito feliz, porque o Prof. Alex Fraga admitiu que o professor tem lado. O que nós estamos dizendo aqui é que a gente quer que o professor que tem lado apresente o outro. Uma

criança – e quem está falando aqui é uma professora alfabetizadora e de língua portuguesa – da 1ª série ao 9º ano, ela vai pegando competências ano a ano e não consegue contrapor uma fala do professor, que é o todo-poderoso na sala de aula por conta da fala de alguns outros vereadores, principalmente do PSOL, que diz sobre liberdade de cátedra. Ora, vamos lá, queridos! Liberdade de cátedra sim, mas não prevê lavagem cerebral. Liberdade de cátedra é a livre manifestação do pensamento e da liberdade de consciência. E me digam se uma criança de oito, nove anos tem robustez, tem conhecimentos necessários para contrapor o todo-poderoso professor doutrinador em sala de aula. Óbvio que não tem. Aí eu vejo um vereador aqui dizer que os pais ensinam o contraponto. Ora, a escola não pode ser doutrinadora, a escola tem que trazer conhecimentos. Eu digo para os senhores que estive em sala de aula por muitos anos e, apesar de ter um time, jamais falei qual era o meu time para os meus alunos, para que não tivesse rivalidade ou para que aqueles que não eram do meu time viessem a ser do meu time, porque a professora estava dizendo, mas isso tem muito a ver com ética, tem muito a ver com respeito ao aluno que está na sala de aula. O estado de direito que vocês inventam é o estado de direito que diz que o que eu falo é a verdade e ponto-final. Admira-me vereadores aqui subirem, da extrema esquerda do PT, e dizer que ficou feliz com o Conae. Ora, o Conae foi uma vergonha, querendo ensinar, discutir sexualidade em sala de aula quando se fala de matérias de exatas. Aliás, o Conae foi, simplesmente, um movimento político partidário, comício, venda de material doutrinador, enquanto o contraponto de pessoas capacitadas era para ser apresentado não podiam, eram vaiados, eram hostilizados. Ou seja, normalmente aquele que diz que não gosta de carne diz que tu não podes comer – essa é a liberdade que apresenta o desgoverno federal. Essa é a liberdade, entre aspas, que fala a extrema esquerda caviar que é bom, o que é bom para mim não é bom para ti. Doutrinação – o que nós não queremos em sala de aula é o processo de inculcar ideias, atitudes e não deixar que o outro tenha o seu contraponto. Mais do que isso, vou dizer aqui que o estudante não pode ser objeto de militância, não nos acusem daquilo que vocês fazem: doutrinação e lavagem cerebral! Chega! Sala de aula é o local de construção, de pluralidade e não de um professor definindo o que é certo e errado. É “sim” a essa frente parlamentar, e quem votar contra gosta da doutrinação na sala de aula. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, o Requerimento nº 226/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO**, por 16 votos **SIM** 10 votos **NÃO**.

Vereador Adeli Sell (PT): Sr. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Respeitosamente voto contra a formação da Frente Parlamentar Contra a Doutrinação Ideológica pois fere a livre manifestação de ideias, exposta na Constituição Federal. Adeli Sell.”

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 235/23 – (Proc. nº 1311/23 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao Projeto de Lei 479/23, em tramitação na Câmara dos Deputados, que obriga os municípios a ratear entre os agentes comunitários de saúde (ACS) e de combate às endemias (ACE), na forma de gratificação indenizatória, o incentivo financeiro recebido da União para fortalecimento de políticas do setor”. **(SEI 210.00690/2023-53)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o [Requerimento nº 235/23](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este nosso requerimento aqui é para apoiar, mostrar que a cidade está a favor dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias. Aliás, em Porto Alegre nós temos menos de 100 agentes de endemias, e, por conta disso, também hoje a gente sofre com esse problema da dengue em vários bairros da cidade, porque a gente não o número suficiente de profissionais para espalhar as gaiolas de captura, fazer o sequestro dos mosquitos, para acompanhar de fato como está a disseminação da doença. E a gente sabe, é notório, está nos jornais, da importância desses profissionais. Então, aqui se trata de apoiar um projeto de lei lá na Câmara Federal para garantir que eles tenham um direito de fato reconhecido. Eu fui até o Ministério da Saúde, na semana anterior, e entreguei em mãos ao Ministério da Saúde um pedido de uma portaria específica para que esses recursos que o Ministério manda para os municípios do Brasil inteiro se consolidem como 14º salário. O salário dos agentes já é baixo; porém, muitos municípios usam esse dinheiro para pagar o 13º, que não é responsabilidade desse procedimento. Então, a gente fica triste em saber que os trabalhadores da saúde estão lá na ponta, se arriscando. Inclusive, muitos perderam sua vida na pandemia; foi o caso de agentes de saúde de Porto Alegre, que até o Ver. Gilson Padeiro deu o nome de rua para uma agente lá na Restinga. Ver. Gilson Padeiro, parabéns por essa proposição, mas acho que a gente precisa fazer um reconhecimento aqui a essa categoria.

É uma moção de solidariedade fundamental, porque eu entreguei ao Ministério da Saúde, Presidente Mauro, um pedido de uma portaria, que o Executivo se posicione. Ao mesmo tempo, está em tramitação esse projeto de lei na Câmara Federal, e nossas câmaras municipais têm que fortalecer a luta dos agentes de saúde de endemias para, de fato, ter o reconhecimento lá. A gente sabe que é uma das categorias mais bem organizadas do Brasil, que tem potência no Congresso Nacional, mas, se os cinco mil municípios não olham para os seus trabalhadores lá na ponta, fica também difícil daquilo que é longe de nós, Brasília, reconhecer.

Então, nós temos que fazer uma pressão em Brasília pelo reconhecimento dos servidores públicos e da sua importância. Aqui nós estamos falando de pessoas, Ver.

Mauro, como os agentes de saúde, que vão de porta em porta vendo como que está a saúde das famílias, fazendo acontecer a atenção primária. E os agentes de endemias, então? Esses são soldados de combate a essas doenças que se espalham, que a gente fica apavorado a cada momento. Saímos da pandemia e agora estamos nesse problema da dengue; e, infelizmente, por não termos investimentos robustos nos últimos anos na pesquisa de vacina, nós estamos reféns de uma vacina lá de fora do Brasil, de uma empresa que não produz vacina em nível suficiente para vender para todos os países. Nós estamos disputando com outros países quantidade de vacina, isso é lamentável. Por isso que a gente tem que investir na compra de instrumental para que o Brasil tenha, de fato, a ciência, a tecnologia nas suas mãos, Ver.^a Cláudia Araújo, e não nós reféns de CNPJ de outros países, de outras nações, que escolhem: quem paga mais, compra; quem não paga, não tem a vacina da dengue. Nós estamos desse jeito hoje.

Então, peço o voto de vocês nessa moção de solidariedade. Obrigado, um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 235/23, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, saudação; saudação aos colegas vereadores e vereadoras, ao público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. A iniciativa do Ver. Jonas dialoga com os agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e com o atendimento à população de Porto Alegre. Há um reconhecimento natural da população em relação à atenção básica em Porto Alegre. Por incrível que pareça, nos últimos anos, além desse serviço ser terceirizado, ele foi muito precarizado na qualificação e na gestão desse programa, porque reduziram os servidores, reduziram muito os servidores e não ampliaram os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias. Pelo contrário, reduziram. Nós tínhamos 900 agentes comunitários, hoje não chega a 400; tínhamos mais de 120 agentes de endemias, hoje temos 81. A capital que menos tem agentes de endemias é Curitiba, com 300. Por que temos hoje a infestação do mosquito da dengue como uma certa pandemia? E vai chegar em Porto Alegre, já está chegando! Se nós compararmos com o ano passado, Ver.^a Lourdes, presidente da COSMAM, neste mês houve mais de 800 infestações de mosquito da dengue, mais de cinco vezes mais do que em janeiro do ano passado. Isso, para nós, está claro: epidemia está chegando. O governo federal, ontem, como os senhores puderam presenciar, a ministra chegou a dizer que vai produzir a vacina para combater a dengue no Brasil todo. Inclusive, alguns estados e municípios já podem aderir quando decretarem estado de calamidade, portanto o Rio Grande do Sul ou algum município que já está em estado de calamidade, como tem vários municípios no Estado, podem aderir à vacina, mas para isso é importante que os senhores saibam que nós temos que ter gratuitamente o teste, a testagem. Nós temos hoje uma infinidade de municípios que têm filas e filas...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nós temos hoje uma infinidade de municípios que têm filas e filas e não estão oferecendo a testagem. É preciso que o poder público ofereça nas unidades de saúde a testagem urgente para isso, por isso, inclusive, eu apresentei um projeto de lei nesta Câmara, há poucos dias, sobre a obrigatoriedade da testagem, como aconteceu com a questão da pandemia recentemente enfrentada pelo País afora. Hoje, da dengue.

Nesse sentido que a moção do Ver. Jonas, ela vem trazer um reconhecimento, a moção é apenas um aviso para que esses servidores sejam valorizados com a volta do incentivo que eles perderam. Esse incentivo foi perdido, faz mais de quatro anos que o governo não repassa esse incentivo, e é necessário que volte o incentivo. Se depender de nós, e sugiro que V. Exa. encaminhe a moção para onde puder, Congresso Nacional, Senado, governo federal, Ministério da Saúde, porque é fundamental um movimento nacional em defesa da Atenção Básica, em defesa da ampliação e da valorização dos agentes de cuidados de saúde e dos agentes de endemias. Parabéns pela iniciativa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 235/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto referido pelo Ver. Jonas Reis foi protocolado por um deputado bolsonarista do PL de Pernambuco, ou se não é bolsonarista é do partido de Bolsonaro. É interessante o que a gente vê, ou a gente vê certas coisas neste plenário, o líder do PT defendendo um projeto de um deputado do partido de Bolsonaro, lá do Pernambuco, vou dar o nome, pesquisem no Google aí, Fernando Rodolfo, do PL de Pernambuco. Em 2006, mais ou menos pela ocasião do 1º turno, não sabemos se para o Lula tentar se reeleger ou não, o governo federal passou um incentivo, um projeto que visava obrigar a complementação pelos municípios. É muito gostoso, muito fácil você criar obrigações para os municípios lá de Brasília, sendo que a maioria dos impostos, dos valores vai para a capital federal e não fica na base. Então, resta claro que se trata de uma obrigatoriedade de cumprimento de piso salarial pelo município, mas criado pela União. Então, veja, quero saudar aqui o Adriano, nosso assessor de bancada, amado pelo Cecchim, tenho certeza; também o nosso Bernardo; também a nossa Gabriele, que se somou recentemente à bancada. A nossa bancada municipal ligou para Brasília, falou com a nossa bancada lá e recebemos a informação de que ela será contrária a esse projeto, porque justamente é uma caridade com o chapéu alheio. Ninguém é contra os funcionários que combatem endemias. Vejo agora o nosso Bernardo, economista da bancada, quem saúdo neste momento. Obrigado, Bernardo, pelo seu trabalho. Nós não somos contra quem combate endemias, quem fiscaliza. Não é esse o ponto, mas não dá para fazer caridade com chapéu alheio. Não dá para, em Brasília, decidirem de cima para baixo algo que a gente não sabe se a gente tem grana. É dinheiro do pagador de impostos, porque, Ver. Cecchim, líder do governo, assim como os agentes endêmicos e de combate ao vírus, ao mosquito, médicos também são, enfermeiros, técnicos em enfermagem. Há muitas

outras pessoas envolvidas nesse processo. O nosso voto é “não” por isso. Agora, já que se fala de moção de apoio, eu queria explicações do Ver. Jonas, S. Exa. Jonas Reis, que é líder do PT, líder do Lula, nesta Casa, e se jacta disso nas redes sociais, se alegra sobre isso. Por que o PT não comprou a vacina Qdenga para a dengue, vereador? A vacina foi aprovada em março, abril do ano passado e o governo, apenas em dezembro, comprou as vacinas, vereadora, e não chegou para todo mundo. Aqui, no Rio Grande do Sul, nós não temos no SUS, apenas na rede privada. Estaria o Lula defendendo os ricos desta cidade? Onde é que está o pai dos pobres que não dá vacinas contra a dengue para o SUS de Porto Alegre? Esse é o partido que defende os pobres? É esse o partido que quer defender a classe trabalhadora? Mentira! O Lula defende os banqueiros, porque gasta como se não houvesse amanhã para que os bancos emprestem dinheiro para o governo. Então, infelizmente, nós temos, pelo critério aplicado ao Bolsonaro, um Lula genocida, que, mesmo com a aprovação de vacinas, ano passado, demorou praticamente oito meses, e as vacinas ainda não chegaram na rede pública de Porto Alegre. Esse é o PT, esse é o governo Lula, é isso o que Lula tem a entregar para Porto Alegre. Abram os olhos e não se deixem enganar por narrativas. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 235/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores; Ver. Aldacir Oliboni, nós somos os mais velhinhos lá daquela região de Sananduva, Ibiraiaras, todos nós achamos que a entrada do centrão no governo do Lula é uma coisa normal. Agora, eu nunca imaginaria, Ver. Tiago, que o Ver. Jonas Reis pegaria uma carona de um deputado bolsonarista do PL, isso é uma coisa inimaginável. Ver. Jonas Reis, bem-vindo ao centrão, bem-vindo ao centrão. Eu cheguei a voltar para o gabinete, botar a gravata e o casaco novamente, porque isso é uma coisa tão inédita, tão inédita. Nós estamos discutindo aqui durante esta tarde alguns assuntos, mas o projeto... Como diz o Ver. Tiago, que estava inspirado hoje, isso é fazer um favor com chapéu alheio. Então, Ver. Jonas, o senhor pegou um chapéu de um bolsonarista para fazer um aceno para esses funcionários que trabalham tanto para curar as endemias aqui neste País. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, Requerimento nº 235/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 12 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**; com voto de desempate do Presidente.

Eu, como vereador do PL, vou votar junto com o Ver. Jonas, até não iria votar porque o Presidente não vota moção, mas como ficou empatado vou fazer o desempate, e vou votar junto com o nosso deputado Fernando Rodolfo, do PL de Pernambuco. Voto favorável e acompanho o voto do Ver. Jonas. Voto “sim”. Parabéns, Ver. Jonas, pela

moção de solidariedade ao projeto de lei do deputado Fernando Rodolfo, do PL de Pernambuco.

Vereador Jonas Reis (PT): Eu quero agradecer aqui a V. Exa. o voto de apoio nessa moção de solidariedade. É um projeto que não tem partido, é um projeto em defesa dos agentes de saúde e agentes de endemia. Trata-se do reconhecimento de uma categoria fundamental, a saúde pública. Obrigado a todos que votaram favoráveis e lamento os vereadores que não reconhecem o trabalho desses servidores, e a gente vai lutar, essa lei vai ter que ser aprovada em Brasília. Brasília há de reconhecer o valor desses agentes de saúde do Brasil inteiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Jonas, está feito o registro.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente Mauro Pinheiro, eu vejo o esforço do Ver. Jonas para fazer algum aceno, mesmo que seja com bolsonarista de aliado. Ele deveria ficar preocupado quando votou a favor de tirar o sindicato médico do Simpa, isso sim ele tem que explicar para a categoria que ele representa, o sindicato que ele representa. Ele votou a favor, aí ele pode dizer: “Ah, eu não estava atento”. Pois que ele diga isso para o sindicato, para o Simpa: “Perdemos um grande sindicato, porque eu não me ative na votação”.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim, está feito o registro.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0461/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 252/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que garante acompanhamento psicológico a mulheres cujos filhos tenham sido vítimas fatais de crimes violentos. **(SEI 299.00063/2023-44)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 25-09-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o [PLL nº 252/23](#).
(Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Subo à tribuna para chamar a atenção dos nobres pares para a importância de nós votarmos, de forma unânime, este projeto fazendo com que esta Casa cumpra também com a sua função contida, inclusive, na Constituição Federal quando define a competência legislativa municipal para tratar desta matéria que diz respeito exatamente à condição de enfrentarmos a onda de violência que assola o nosso País e, conseqüentemente, o nosso Estado e o nosso Município e que tem deixado como marca o sofrimento das mães que perdem os seus filhos para a violência das mais diversas formas. Em Porto Alegre, nós olhamos atentamente os dados da segurança pública que nos traz essa triste estatística de que tivemos um aumento de 50% de homicídios, além dessas taxas de violências letais para as crianças e os adolescente que tem sido os grupos etários mais vulneráveis também e que tem sido crescente em nosso Município. Assim, esta proposição tem como objetivo prestar esse tipo de atendimento, de incentivo, de acolhimento às mães que sofrem com as conseqüências do trauma por perderem os seus filhos para a violência causada pelos confrontos urbanos generalizados. À luz desta exposição, e cientes de que cada um e cada uma aqui já está sensibilizado com esse tema, eu peço aos nobres colegas, pela importância dessa pauta, e quero contar com o apoio, portanto, para que esse projeto possa ser aprovado por unanimidade, porque nós temos a sensibilidade para com as mães da nossa cidade, e que possamos disponibilizar esse acompanhamento que é fundamental para apoiá-las a lidar com o luto e o sofrimento de tamanha perda dos seus filhos. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 252/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, colegas, como eu tinha falado já no primeiro projeto de lei do colega Pablo Melo, da mesma forma falo aqui para o projeto de lei da Ver.^a Biga Pereira, que o que tem que nos unir são as boas pautas para Porto Alegre, e que as ideologias fiquem guardadas nesse momento, independente do partido ou das nossas diferenças, nas questões de valores, nas questões ideológicas, o projeto prevê algo muito nobre, algo que vem ajudar, minimizar, ser algum porto seguro para mulheres que acabam perdendo seus filhos por conta da violência urbana, sejam brigas de gangue, seja uma bala perdida, seja a utilização da drogadição, seja a questão do tráfico, seja por qualquer tipo de situação. Não é normal, na seqüência, no ciclo da vida, os pais perderem seus filhos. E eu colocaria aqui, Ver.^a Biga, não apenas as mulheres, mas os homens, a família, um pai ou mãe que perde o seu filho se ressentido e é uma dor que não é curada nunca mais na vida. Eu não colocaria apenas as mulheres porque muitos, às vezes, não tem mãe, às vezes não tem o pai, mas a família que deve ser acolhida, protegida e pelo menos acalentada, no momento de suprema dor. Um filho é o

maior tesouro que todos nós, homens ou mulheres, podemos ter na vida, é a nossa sucessão, é aquele que nós tratamos com carinho. E aqui eu quero fazer um parêntese, repudiando totalmente o padrasto que estuprou uma criança de um ano de idade. Isso não é gente, Ver. Tiago, isso é um animal. Imagine uma criança indefesa, uma criança que deveria ser protegida, amada no seio da família, ser por muito tempo agredida, torturada, estuprada. O suspeito, volto a dizer aqui, é o padrasto, mas nesse momento toda a sociedade tem o dever de fazer diferente. E Ver.^a Biga, o seu projeto faz diferente, terá o meu voto, ressalto aqui que eu colocaria os homens também, não sei se dá tempo ainda de fazer uma emenda ali. Se tiver tempo, Presidente, gostaria de acrescentar os homens, a família como um todo, porque os homens, Ver. Janta, o senhor tem filhos, filha, também se ressentido, Deus me livre, com a perda de um filho, não são apenas as mulheres. E não vamos aqui dizer se é um lado ou outro quem mais sofre, a família precisa ser abraçada num momento de dor. Então vamos votar “sim”, vou ver agora com o diretor legislativo se eu posso colocar uma emenda, gostaria que todos assinassem, vou deixar aberto, para contemplar homens, mulheres, enfim a família como um todo. Eu peço aos colegas também que votem por unanimidade. Pautas boas, pautas que vêm a favor das famílias, dos valores que são mais caros para nós têm que ter o nosso sim, e é por isso que eu peço aos colegas que votem por unanimidade nesse projeto de lei, independente do partido, da cor, mas pelos filhos, por aqueles pais que ficam com a dor. E que o nosso Município possa, de alguma forma ou de outra, acalantar aqueles que perderam seus entes queridos. Obrigada.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Eu registro, Ver.^a Comandante Nádia, na medida que eu fiz esse projeto com os dados de 50% de crianças e adolescentes que tiveram suas vidas ceifadas, que o sofrimento maior é da mãe, e a grande maioria são mães solas. O sofrimento sempre é maior da mãe, mas eu entendo a sua preocupação e acato a sua emenda, para que a gente consiga aprovar esse projeto. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 252/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; a Ver.^a Nádia certamente tem uma emenda inteligente, por isso vou usar o tempo aqui, ganhar tempo, Ver.^a Abigail, para que o projeto saia de acordo para os dois. Eu acho que seu projeto é meritório, as mães que perdem seus filhos, não importa a idade que eles tenham, nem uma mãe, independente da idade do seu filho, suporta a dor enorme que tem quando precisa enterrar um filho, não importando a idade. Mas os pais também sofrem, sofrem muito. A dor, eu diria que a dor da mãe, ela é indiscutível, insuperável, mas os homens certamente têm essa dor também. Acho que nós todos temos que começar a nos preocupar com o dia seguinte das desgraças que acontecem, e a morte de um filho talvez seja a maior desgraça que um pai e uma mãe

possam suportar. Então, Ver.^a Nádia, fiz questão de ocupar o tempo, para que a senhora apresentasse a emenda, que é muito boa e reconhece a dor de ambos. Obrigado.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, ao PLL nº 252/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 252/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLL nº 252/23.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, de uma maneira muito breve, eu quero dizer, Ver.^a Biga, que, desde o dia 1º de janeiro de 2021, eu jamais deixei de votar um bom projeto. A gente reconhece aqui diferenças de visão de cidade, de estado, de Brasil e de mundo, e nós temos isso e enfrentamos, democraticamente, nas eleições. Mas, quando há um bom projeto, independente de ser da situação ou da oposição, esta Câmara nunca deixou de contar com o meu voto. Então, eu quero parabenizá-la pelo seu projeto que é meritório e pode contar com o meu voto. Eu tenho certeza que a bancada do MDB, com certeza, votará num projeto extremamente importante, fundamental, acolhedor. Eu a parabenizo, novamente, pela sensibilidade para propor um projeto dessa magnitude. Parabéns, Ver.^a Biga.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 252/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 252/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 007/24 – (Proc. nº 0018/24 – Ver.^a Karen Santos) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero. **(SEI 152.00014/2024-48)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, o [Requerimento nº 007/24](#). (Após a apuração nominal.) 12 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(17h08min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1079/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 632/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera a ementa e inclui art. 1º-A na Lei nº 13.626, de 6 de setembro de 2023 – que estabelece o encaminhamento de forma digital ou eletrônica da interposição de defesa da autuação e de recurso contra a penalidade em primeira instância para as infrações de trânsito previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB), de competência do Município de Porto Alegre –, permitindo o registro digital de ocorrência de trânsito em até 5 (cinco) dias do transcurso do sinistro nos casos em que houver exclusivamente danos materiais. **(SEI 220.00286/2023-70)**

PROC. Nº 0989/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 417/21, de autoria do Ver. Edson CT, que institui o Programa de Castração e Vacinação de Cães e Gatos no Município de Porto Alegre. **(SEI 250.00006/2021-31)**

PROC. Nº 1181/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 682/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui § 4º no art. 2º da Lei 7.054, de 28 de maio de 1992 – que dispõe sobre a oficialização do Brique na Redenção, do Artenapraça, da Feira do Artesanato do Bom Fim, da Feira da Alimentação e do Brechocão no Município de Porto Alegre –, vedando a concessão de licença, permissão ou autorização para eventos comerciais a serem realizados no raio de 200m (duzentos metros) dos espaços e nos dias em que ocorrerem as atividades mencionadas naquela Lei. **(SEI 034.00476/2023-11)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0363/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/22, de autoria do Ver. Everton Gimenis, que inclui incs. VII e VIII no § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014 – que institui o Código Municipal de Limpeza Urbana –, e alterações posteriores, incluindo o desenvolvimento de atividades de conscientização referentes à coleta seletiva, à redução de lixo produzido e ao seu descarte correto. **(SEI 282.00021/2022-39)**

PROC. Nº 1210/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO

Nº 022/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui art. 1º-B na Lei Complementar nº 554, de 11 de julho de 2006 – que institui a autorização para o funcionamento de atividades econômicas no Município de Porto Alegre, dispõe sobre sua aplicação, expedição, vigência, renovação e cancelamento e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo autorização permanente para funcionamento do comércio varejista em domingos e feriados. **(SEI 220.00323/2023-40)**

PROC. Nº 0882/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 429/22, de autoria da Verª Bruna Rodrigues, que institui a Rota do Samba, integrando-a ao Patrimônio Cultural do Município de Porto Alegre, e cria o Selo Cultura do Samba. **(SEI 221.00155/2022-19)**

PROC. Nº 0460/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que veda a contratação, pela Administração Pública do Município de Porto Alegre, de pessoa jurídica que tenha condenação transitada em julgado pela prática de reduzir trabalhadores e trabalhadoras à condição análoga à de escravo. **(SEI 299.00064/2023-99)**

PROC. Nº 0960/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 569/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que estabelece a disponibilidade de consultoria gratuita de amamentação para lactantes no Município de Porto Alegre. **(SEI 299.00126/2023-62)**

PROC. Nº 0984/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 582/23, de autoria da Mesa Diretora, que estabelece padrão de vencimento para os cargos de Assistente Social e Psicólogo, criados pela Resolução nº 1.575, de 9 de outubro de 2001, e altera o Anexo I da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, modificando as descrições sintética e analítica das atribuições do cargo de Psicólogo. **(SEI 014.00031/2023-51)**

PROC. Nº 1033/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 609/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Associação Espaço Esperança. **(SEI 037.00318/2023-69)**

PROC. Nº 1162/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 674/23, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que inclui art. 25-A na Lei nº 12.002, de 21 de janeiro de 2016 – que estabelece normas para a instalação, a conservação e o uso de elevadores, escadas rolantes e outros equipamentos de transporte instalados, de forma permanente, em edificações no Município de Porto Alegre, e dá outras providências –, vedando o uso de denominações e sinalizações com finalidade de segregação de usuários de elevadores nas edificações públicas e privadas no Município de Porto Alegre e estabelecendo penalidades ao condomínio privado infrator dessa disposição. **(SEI 050.00101/2023-35)**

PROC. Nº 1163/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 675/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que estabelece a Parceria Participativa de Pavimentação Popular. (SEI 024.00248/2023-51)

PROC. Nº 1213/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 693/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que institui homenagem à história da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul, por meio da instalação de escultura alusiva, na Orla do Guaíba. (SEI 220.00324/2023-94)

PROC. Nº 1280/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 734/23, de autoria do Ver. José Freitas, que destina espaço na área localizada na Rótula da Bíblia para a instalação de monumento ao livro Bíblia Sagrada. (SEI 034.00512/2023-47)

PROC. Nº 1299/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 742/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Mês da Maratona Internacional de Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de junho. (SEI 215.00135/2023-27)

PROC. Nº 1301/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 743/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Valter Fernando dos Santos Castilhos o logradouro público não cadastrado conhecido como Via Oito – Cefer I –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 165.00271/2023-96)

PROC. Nº 1305/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 746/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Agosto Azul e Vermelho – Mês da Conscientização sobre os cuidados com as doenças cardiovasculares e a incentivar a prevenção e o seu tratamento – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de agosto. (SEI 024.00287/2023-59)

PROC. Nº 1306/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 747/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina David Coimbra o logradouro público não cadastrado conhecido como Largo Mil Duzentos e Quarenta e Cinco, localizado no Bairro Menino Deus. (SEI 138.00105/2023-17)

PROC. Nº 1316/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 104/23, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito a Luiz Miguel Lourenço. (SEI 032.00050/2023-60)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Muito obrigado.

(Encerra-se a sessão às 17h09min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *